

PROFESSOR DE TEATRO: EXISTE? PENSANDO A PROFISSIONALIZAÇÃO DE QUEM ENSINA TEATRO

Vicente Concilio

O debate em torno da profissionalização docente e as possíveis conseqüências das reivindicações que ela abarca são terreno fértil para construirmos conexões entre questões amplas da educação e outras mais específicas, concernentes à formação de professores de teatro.

Falar em **professor de teatro** já é assumir uma postura em busca da especificidade de uma linguagem artística dentro de um contexto histórico e político-educacional que só recentemente decidiu propor o fim do professor polivalente no ensino da arte.

Apenas para nos situarmos, é preciso esclarecer que o ensino da arte no contexto escolar apresenta um desenvolvimento bastante controverso, podendo ser definido por alguns “marcos históricos”:

- A implantação da Educação Artística nas escolas brasileiras na década de 70, a partir da Lei de Diretrizes e Bases 5692/71, inaugurando a necessidade de formação de professores que atendessem à demanda provocada pela nova matéria do currículo escolar básico.
- O surgimento das associações de arte-educadores, nos anos 80.
- O desenvolvimento das licenciaturas em artes, da pós-graduação em artes e conseqüente avanço nos debates e difusão de conceitos acerca das metodologias de ensino e conceitos de arte.

¹Sobre este processo, ver *Situação Política do Ensino de Arte no Brasil no Fim dos Anos 80*, primeiro capítulo do livro *A Imagem no Ensino da Arte*, de Ana Mae Barbosa.

²Hoje, essa terminologia foi substituída por Ensino Fundamental (antigo Primeiro Grau) e Ensino Médio (antigo Segundo Grau).

· A luta pela obrigatoriedade do ensino da arte na escola, garantida pela redação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96¹.

· A elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte pelo MEC em 1997/98, que reconhece a arte como área de saber, com a mesma relevância na formação educacional de áreas consagradas como Língua Portuguesa e Matemática, por exemplo.

Como podemos analisar, as primeiras preocupações com a formação do professor de artes surgem concomitantes à implantação da Educação Artística no contexto escolar, com a Lei 5692/71. Nasce aí o conceito de *professor polivalente*, capaz de assumir as responsabilidades do ensino das diferentes linguagens artísticas tanto do Primeiro quanto do Segundo Graus².

Dessa forma, os primeiros cursos de Licenciatura em Educação Artística nascem de acordo com esse referencial, que só viria a ser questionado na década seguinte, quando o fim da ditadura permitiu reavaliar as conseqüências da formação polivalente, que supunha formar um profissional capaz de ensinar dança, música, teatro e artes visuais em contextos escolares que relegavam o ensino das artes ao posto de lazer, de descanso ou de enfeite da escola.

Assim, presenciamos a deformação das aulas de Educação Artística em aulas de artesanato ou de desenho geométrico, revelando a dificuldade da escola (com seu sistema burocrático de avaliação e estrutura de funcionamento em aulas de 50 minutos) em lidar com uma área que necessita assegurar um mínimo de liberdade criadora.

Essa deformação revela outra conseqüência para o ensino de Educação Artística: a tendência em se privilegiar as artes plásticas, algo que acontece até hoje, mesmo nas universidades, onde ainda se confunde história da arte com história das artes plásticas.

Diante desse panorama, o teatro sobreviveu dentro das escolas graças a cursos extracurriculares. Todavia, uma nova situação tende a se configurar com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais e sua ênfase na necessidade do ensino de Arte possibilitar o acesso às diversas linguagens artísticas.

Fora da escola, o ensino do teatro se afirmou na formação técnica de atores e como importante aliado em propostas de ação cultural. Neste sentido, destacam-se as propostas coordenadas por Secretarias de Cultura

nos âmbitos municipal e estadual, normalmente justificadas pelo discurso da democratização do fazer artístico como forma de combate à exclusão social.

Todo esse preâmbulo pretende deixar claro quais os tipos de área de atuação profissional existentes para quem pretende ser professor de teatro. Hoje, além dos cursos técnicos, a escola também se abre para o ensino de teatro e as políticas culturais privilegiam o acesso ao saber teatral.

Por outro lado, um extenso estudo realizado por Santana (2000) revela que existiam, à época, apenas 19 cursos de licenciatura em Teatro³ no Brasil. Suas observações:

*Um primeiro detalhe a ser comentado refere-se à pequena quantidade de cursos existentes em todo o Brasil, considerando-se a exigência constitucional quanto a oferta de disciplinas na área de Arte, dentre elas Teatro. A maioria dos cursos referentes a essa linguagem artística encontra-se na região Sudeste, sendo que apenas o Estado de São Paulo conta com cinco cursos, número idêntico à somatória dos estados nordestinos. Essas estatísticas confirmam a existência de um eixo **Rio - São Paulo** também no panorama do ensino teatral, em sintonia com o mercado de artes em geral e a situação da produção teatral em particular, uma vez que ali concentram-se cerca de 39% dos cursos existentes em todo o Brasil. (SANTANA, 2000: 130)*

Portanto, diante da escassez de profissionais licenciados em teatro, a situação que se configura é o preenchimento de vagas de ensino do teatro por profissionais com pouca ou nenhuma formação pedagógica, mas muitas vezes de reconhecida formação teatral.

Em outros casos, não se trata de escassez de profissionais licenciados, mas de um forte preconceito que não consegue relacionar capacidade artística com saber pedagógico, ignorando todo o processo de formação do professor de teatro, como se isso reduzisse a formação do artista. Esse tipo de preconceito nasce já dentro da própria universidade, e persegue o licenciado por toda sua carreira artística, por uma série de enganos e idéias equivocadas que pedem esclarecimento.

A discussão ganha mais vulto quando se toma consciência da diferença de atuação entre um profissional que ensina Teatro dentro das aulas de Artes, em contextos escolares, outros que atuam no ensino técnico profissionalizante, formando atores, e outros que atuam nas mais diferentes formas de ação cultural.

³A licenciatura em Teatro privilegia a formação artística específica, como no bacharelado em interpretação ou direção, por exemplo, e é depois complementada com a formação pedagógica dentro desta área, o que diverge da antiga formação polivalente, que se propunha a ensinar a abordagem pedagógica das diferentes áreas artísticas (teatro, música, dança e artes plásticas), preocupando-se em trabalhar com uma habilitação específica apenas no fim do curso.

Se o contexto escolar aceita, por princípio regulador legislativo, somente profissionais licenciados, o ensino profissionalizante e projetos de ação cultural costumam prescindir da licenciatura como fator de seleção dos profissionais que atuarão no ensino do teatro em contextos não-escolares. Por que isso acontece? A quem interessa o não-reconhecimento dos especialistas em ensino do teatro? Que possibilidades os professores de teatro encontram para defender seus interesses de classe? Quais os possíveis problemas de se reconhecer a formação profissional do professor de teatro diante de um contexto mais amplo, que envolve a classe teatral como um todo?

Já que essas questões nasceram das idéias relacionadas com os princípios da profissionalização docente, cabe esclarecer o que entendemos por profissionalização, como isso é gerido pelas instâncias reguladoras profissionais da arte teatral, para finalmente defendermos nossa idéia de reconhecimento profissional dos professores de teatro.

A idéia de profissionalização carrega consigo uma série de valores e aspirações que

... embora em princípio pareçam apenas referir-se às características e qualidades da prática docente, não são sequer expressões neutras. Escondem em seu bojo opções e visões de mundo, abrigando imagens que normalmente são vividas como positivas e desejáveis e que é necessário desvelar se quisermos fazer uma análise que vá além das primeiras impressões. O tema do profissionalismo – como todos os temas em educação – está longe de ser ingênuo ou desprovido de agências mais ou menos escusas. (CONTRERAS, 2002:31)

Ou seja, ao utilizarmos o discurso da profissionalização em relação ao professor de teatro, estamos fazendo uso de idéias como:

- A valorização salarial dos profissionais de ensino, equiparando-o a outras categorias profissionais liberais;
- O reconhecimento da necessidade de formação inicial e contínua que atenda não só aos interesses dos projetos pedagógicos governamentais, mas que também ajam no sentido de ampliar a apropriação de conhecimentos passíveis de aumentar o grau de consciência em relação ao seu objeto e contexto de ensino;
- A necessidade de reconhecimento e valorização da categoria e dos resultados de seu trabalho por camadas mais amplas da sociedade civil e dos órgãos governamentais de toda ordem.

Como foi dito, uma das características da profissionalização está relacionada ao reconhecimento do exercício profissional pela sociedade em geral. Para que isso ocorra, é preciso que ele seja garantido por uma legislação que o regularize, que exista uma área de atuação estabelecida que interesse a outras parcelas da sociedade, sendo portanto reconhecido através de seu valor de mercado.

O campo da pedagogia teatral é, hoje, estruturado em torno da formação artística dos licenciados em teatro. Entende-se que o professor é, em verdade, um artista que cria sua obra junto com seus alunos ao mesmo tempo em que os auxilia na construção de saberes acerca da linguagem teatral.

Nesse sentido, a busca é de reconhecimento da área da licenciatura como opção do artista interessado em desenvolver processos junto a estudantes do ensino básico ou em projetos de ação cultural, e não como alternativa de trabalho a artistas sem emprego.

Muitas vezes, desrespeita-se a licenciatura em teatro de duas formas:

1. Desprezando o valor artístico dos processos e produtos criados pelos profissionais do ensino de teatro, o que, em última análise, é um questionamento da qualidade da formação artística dos licenciados;
2. Duvidando do princípio democratizador de processos artísticos e pedagógicos de qualidade, que ampliam o acesso de qualquer interessado aos meios e códigos da linguagem teatral.

Se a dúvida com relação à qualidade da formação dos profissionais se justificava no panorama inicial das faculdades de Educação Artística, que habilitavam o profissional polivalente, hoje o quadro já dá fortes sinais de modificação. A licenciatura em Educação Artística polivalente não mais se justifica, perdendo espaço para licenciaturas que privilegiam a formação artística e a pedagógica, pois é consenso que ambos os aspectos são complementares e de valor equivalente na formação do futuro professor de teatro.

Por outro lado, há a necessidade de reconhecimento da profissionalização do professor de teatro, que não existe nem mesmo como categoria profissional no Ministério do Trabalho. O resultado é que um licenciado não pode comprovar seu vínculo com a própria habilitação, já que ele sai formado como professor de Educação Artística, e acaba impossibilitado de obter o registro profissional nas funções de ator ou diretor mesmo quando, durante a graduação, teve acesso a muito mais horas-aula em matéria específicas de teatro que grande parte dos atores formados por colégios técnicos com pouco ou nenhum compromisso com o ensino do teatro.

Nosso desejo é deixar clara a importância do ensino do teatro não só em todos os níveis da instrução escolar, mas também em todos os contextos de ação cultural que façam uso de seu potencial agregador. E para que essa importância se configure, é preciso reafirmar que o exercício de sua prática pedagógica quando feito sem cuidado, avaliação, parâmetros e qualidade, compromete a sobrevivência desta linguagem.

Além disso, é essencial que um processo de ensino do teatro manifeste seu compromisso com a qualidade da formação dos indivíduos, assumindo sua responsabilidade para com o potencial artístico de qualquer interessado em praticar arte, pois “a depuração estética da comunicação teatral é indissociável do crescimento individual do jogador” (PUPO, 2001: 182).

Assim, é preciso garantir maiores possibilidades de acesso à licenciatura, ainda pouco asseguradas por nossas universidades públicas, e quase inexistentes em universidades privadas. Só assim o profissional do ensino de teatro terá uma formação condizente com as necessidades de sua função, num momento em que a educação como um todo reavalia o seu papel e busca na arte⁴ respostas para solucionar algumas de suas inquietações atuais.

⁴“As tradições ‘desviantes’ da formação artística, bem como do treino físico e da aprendizagem profissional, contêm, no seu melhor, as características de um *practicum* reflexivo. Implicam um tipo de aprender fazendo, em que os alunos começam a praticar, juntamente com os que estão em idêntica situação, mesmo antes de compreenderem racionalmente o que estão a fazer”. Esta citação, extraída de um texto de Schon, *Formar Professores como Profissionais Reflexivos*, ilustra uma das idéias recorrentes com relação ao tipo de transmissão de saberes artísticos que, por ser bem sucedido, serve como paradigma a outras áreas do saber escolar.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Isabel de. *O Sindicato como Instância Formadora dos Professores: Novas Contribuições ao Desenvolvimento Profissional*. Tese de Doutorado, FEUSP, 1999, pp 20-53.
- BARBOSA, Ana Mae. “Situação Política do Ensino da Arte no Brasil no Fim dos Anos Oitenta”. IN: *A Imagem no Ensino da Arte*. São Paulo: Perspectiva, 2002, 5 ed.
- BARBOSA, Ana Mae (org.). *Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte*. São Paulo: Cortez, 2002.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte*. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CONTRERAS, José. *A Autonomia de Professores*. São Paulo: Cortez, 2002.
- CUNHA, Maria Isabel. “Profissionalização Docente: Contradições e Perspectivas”. IN: *Desmistificando a Profissionalização do Magistério*. Campinas: Papirus, 1999.
- PUPO, Maria Lúcia de Souza Barros. O Lúdico e a Construção do Sentido. *Revista Sala Preta* n.1. Departamento de Artes Cênicas, ECA-USP, São Paulo, 2001.
- SANTANA, Arão Paranaguá de. *Teatro e Formação de Professores*. São Luiz, MA: EDUFMA, 2000.
- SCHON, Donald A. “Formar Professores como Profissionais Reflexivos”. IN: NÓVOA (org.) *Os Professores e sua Formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.